



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

PARECER: 159/2025-G4P/ML

ASSUNTO: REPRESENTAÇÃO

REFERÊNCIA: PROCESSO Nº 00600-00006327/2022-31

EMENTA: 1. REPRESENTAÇÃO Nº 9/2022-G4P/ML. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE **TRANSPORTE ESCOLAR**. CONTRATOS NºS 1/2021, 7/2021 E **44/2021**. SOCIEDADE DE TRANSPORTES COLETIVOS DE BRASÍLIA – **TCB E GP SILVA TRANSPORTE LTDA**. DECISÃO Nº 1.265/2024. **PROCEDÊNCIA** DA REPRESENTAÇÃO E DETERMINAÇÕES À TCB. **NESTA FASE**. EXAME DAS DILIGÊNCIAS.

2. UNIDADE TÉCNICA SUGERE O RECONHECIMENTO DA **PERDA DE OBJETO DO ITEM III.A**, DA **SUPERAÇÃO** DOS ITENS III.C E D E DO **ATENDIMENTO** DO ITEM III.B DA DELIBERAÇÃO PLENÁRIA. **DETERMINAÇÃO** À SEE/DF, À SEMOB E À TCB. ACOMPANHAMENTO DAS QUESTÕES PENDENTES NA AUDITORIA EM CURSO NO TCDF (PROCESSO Nº 00600-00005005/2022-74). **ALERTA E ARQUIVAMENTO** DOS AUTOS.

3. **PARECER CONVERGENTE** DO MPC/DF, **SEM O ALERTA PROPOSTO** PELA INSTRUÇÃO.

1. Os presentes autos foram constituídos para albergar o exame da Representação nº 09/2022-G4P/ML (peça 11 – e-DOC 3A6444AF), versando sobre possíveis irregularidades na execução do **serviço de transporte de alunos** realizado pela GP Silva Transporte Ltda. para as Escolas Classes 16, 45 e 52 de Taguatinga, 419, 425 e Escola Classe Guariroba de Samambaia

2. Em sua última assentada sobre a matéria, realizada na Sessão Ordinária nº 5.376, de 17/4/2024, a Corte de Contas proferiu a **Decisão nº 1.265/2024** (peça 164 – e-DOC C7849EDD), nos seguintes termos:

*“O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: **I – tomar conhecimento:** a) do Relatório Final de Inspeção nº 01/2024 (peça 157); b) da Matriz de Achados (peça 131); c) das manifestações das jurisdicionadas e da empresa G P Silva (peças 150, 151 e 155), em atendimento ao Despacho Singular nº 142/2023 - GCPT, e dos documentos acostados à aba ‘Associados’; **II – considerar, no mérito, procedente a Representação nº 09/2022 – G4P/ML (peça 11); III – determinar à Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília - TCB que, no prazo de 30 (trinta) dias:** a) adote as providências necessárias para que a empresa **G P Silva corrija as deficiências apontadas nos veículos do Contrato nº 44/2021** (serviço não descontinuado), priorizando aquelas que comprometam a segurança dos estudantes; b) com base nas prerrogativas punitivas (previstas no encarte C dos editais dos pregões), **indique ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF os veículos que oferecem alto risco de segurança** aos alunos, para que sejam adotadas as providências cabíveis a cada caso; c) **intensifique as medidas corretivas em resposta às denúncias** sobre a qualidade dos ônibus e a prestação de serviços, **perquirindo de modo célere a responsabilização da contratada**, quando for o caso, e **aplicando as devidas penalidades**; d) adote imediatamente todas as medidas*



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

necessárias para a solução dos problemas relacionados a transporte escolar das Escolas Públicas do Distrito Federal, comunicando ao TCDF as medidas adotadas, a fim de que esta Corte possa acompanhar o seu andamento; IV – autorizar: a) a remessa do Relatório Final de Inspeção nº 01/2024 e do relatório/voto do Relator às jurisdicionadas e à empresa G P Silva; b) o retorno dos autos à SEGEM, para as providências cabíveis.” (Grifos acrescidos).

3. Efetivadas as comunicações de praxe, a TCB compareceu aos autos por meio do Ofício nº 457/2024 – TCB/PRES (peça 178 – e-DOC 6E327482D), com **atraso** de 16 dias, prestando os esclarecimentos demandados pelo Tribunal na deliberação supra.

4. Tendo em conta a manifestação da jurisdicionada, bem como os demais elementos constantes dos autos, a Segunda Divisão de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura, Mobilidade e Segurança Pública elaborou a Informação nº 18/2025 – Segem/Digem2 (peça 193 – e-DOC 09CA398C). No referido documento, o Corpo Técnico apresentou as seguintes conclusões quanto ao cumprimento das diligências especificadas na Decisão nº 1.265/2024:

“IV. CONCLUSÃO

49. Cuidam os autos de **Representação** relacionada a **falhas na prestação de serviços de transporte escolar** mediante Contratos n^{os} 01/2021, 07/2021 e 44/2021, firmados com a **TCB e a empresa GP Silva Transporte LTDA.**

50. Realizada inspeção, restaram questões atinentes ao **Contrato nº 44/2021**, resultando na **Decisão nº 1265/2024**, nestes termos, em parte:

III – determinar à Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília - TCB que, no prazo de 30 (trinta) dias:

*a) adote as providências necessárias para que a empresa **G P Silva corrija as deficiências apontadas nos veículos do Contrato nº 44/2021** (serviço não descontinuado), priorizando aquelas que comprometam a segurança dos estudantes;*

*b) com base nas prerrogativas punitivas (previstas no encarte C dos editais dos pregões), indique ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal – **DETRAN/DF os veículos que oferecem alto risco de segurança aos alunos**, para que sejam adotadas as providências cabíveis a cada caso;*

c) intensifique as medidas corretivas em resposta às denúncias sobre a qualidade dos ônibus e a prestação de serviços, perquirindo de modo célere a responsabilização da contratada, quando for o caso, e aplicando as devidas penalidades;

d) adote imediatamente todas as medidas necessárias para a solução dos problemas relacionados a transporte escolar das Escolas Públicas do Distrito Federal, comunicando ao TCDF as medidas adotadas, a fim de que esta Corte possa acompanhar o seu andamento;

51. Cuidou-se nesta fase da **análise da manifestação da TCB**, momento em que se considerou:

a) perda de objeto do item III.a;

b) atendido o item III.b;

c) superados os itens III.c e III.d

52. Ao longo dos exames, restou demonstrada a **necessidade de determinar-se às Secretarias de Estado de Educação (SEEDF) e de Transporte e Mobilidade (Semob) que atuem em conjunto com a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília LTDA. (TCB) para criarem protocolos de procedimentos que possibilitem a comunicação à gestora e operadora do serviço de transpor escolar, em um menor espaço de tempo possível, das denúncias/reclamações relacionadas aos serviços de transporte escolar, de modo a propiciar maior agilidade, eficiência e efetividade na solução dos problemas apontados pela comunidade usuária desses serviços, bem assim a aplicação das sanções previstas em contrato, quando for o caso.**

53. Ainda, tendo em vista a **existência de auditoria de conformidade neste Tribunal** nos contratos de prestação de serviços de transporte escolar firmados pela TCB, o



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

acompanhamento da deliberação a ser exarada a respeito dessa questão deverá ocorrer no âmbito da fiscalização em apreço.

54. *Em tempo, haja vista o atraso de 16 dias verificado no atendimento da deliberação plenária, considera-se pertinente dirigir alerta ao titular da TCB para a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, IV, da Lei Complementar nº 1/1994, c/c o art. 272, inc. IV, do Regimento Interno do Tribunal, em caso de não atendimento de deliberação desta Corte no prazo fixado, sem causa justificada, devendo sempre que necessário, justificadamente, requerer prorrogação de prazo.*

55. *Por fim, não havendo questões outras a tratar, podem os autos ser arquivados.” (Grifos acrescidos).*

5. Nessa esteira, ao final da mencionada peça, a Digem2 **sugeriu** ao Plenário:

“I. conhecer:

- a) do Ofício nº 457/2024-TCB/PRES, da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília LTDA. (TCB) e respectivos anexos (peças 178, 182/189 e 192);
- b) desta Informação nº 18/2025 – Segem/Digem2;

II. considerar, em relação à Decisão nº 1265/2024:

- a) a perda de objeto do item III.a;
- b) atendido o item III.b;
- c) superados os itens III.c e III.d;

III. determinar à Secretaria de Estado de Educação (SEEDF) e à Secretaria de Estado de Transporte e Mobilidade (Semob) que **atuem em conjunto** com a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília LTDA. (TCB) para **criarem protocolos de procedimentos que possibilitem a comunicação à gestora e operadora do serviço de transporte escolar, em um menor espaço de tempo possível, das denúncias/reclamações relacionadas a esse serviço;**

IV. determinar o acompanhamento das ações a que se refere o item III no âmbito do **Processo 00600-00005005/2022-74;**

V. alertar o titular da TCB sobre a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, IV, da Lei Complementar nº 1/1994, c/c o art. 272, inc. IV, do Regimento Interno do Tribunal, em caso de não atendimento de deliberação desta Corte no prazo fixado, sem causa justificada, devendo sempre que necessário, justificadamente, requerer prorrogação de prazo;

VI. autorizar:

- a) o envio de cópia desta informação, do relatório/voto e da decisão que vier a ser proferida à TCB, à SEEDF e à Semob em auxílio ao cumprimento do item III;
- b) o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura, Mobilidade e Segurança Pública, para as providências pertinentes e posterior arquivamento.” (Grifos acrescidos).

6. Os termos da Informação nº 18/2025 – Segem/Digem2 foram **acolhidos** integralmente pelo Diretor da Segunda Divisão de Fiscalização de Gestão Pública, Infraestrutura e Segurança Pública. O Secretário de Controle Externo da SEGEM também **anuiu** com a instrução, em conformidade com Despacho exarado em 31/1/2025 (peça 194 – e-DOC F0149D45).

7. Então, os autos foram remetidos ao Gabinete do Relator e, após, encaminhados ao MPC/DF para emissão de Parecer, nos termos do Despacho Singular nº 30/2025 – GCPT (peça 195 – e-DOC 90F635C0)

8. **É o relato. Passa o MP de Contas a opinar.**



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

9. Inicialmente, informa-se que a presente etapa processual se presta ao exame dos esclarecimentos oferecidos pela TCB em cumprimento às diligências determinadas pelo Tribunal na **Decisão nº 1.265/2024** (peça 164 – e-DOC C7849EDD).

10. Nesse particular, o **Parquet** de Contas considera oportuno apresentar a síntese dos argumentos manejados pela entidade distrital em resposta ao demandado pela Corte de Contas e o posicionamento externado pelo Corpo Técnico na Informação nº 18/2025 – Segem/Digem2 (peça 193 – e-DOC 09CA398C) no tocante aos pontos que exsurgem nesta fase, seguidos da correspondente manifestação deste Representante Ministerial:

“II. DA MANIFESTAÇÃO DA TCB

10. A jurisdicionada foi cientificada da Decisão nº 1265/2024 em 20.5.2024 (peça 174). Haja vista que foram fixados 30 dias para manifestação, o prazo esgotou-se em 19.6.2024.

11. A TCB veio aos autos em 5.7.2024, conforme Ofício nº 457/2024 - TCB/PRES (peça 178), via Processo Barramento Pen 00600-00005688/2024-21, do qual foram extraídas as peças 180 a 188, consideradas de interesse à instrução processual.

12. Verifica-se, assim, atraso de 16 dias, razão de se propor – em que pese a solicitação do gestor para este Tribunal relevar o atraso apontado –, alerta ao titular da TCB para a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 57, IV, da Lei Complementar nº 1/1994, c/c o art. 272, inc. IV, do Regimento Interno do Tribunal, em caso de não atendimento de deliberação desta Corte no prazo fixado, sem causa justificada, devendo sempre que necessário, justificadamente, requerer prorrogação de prazo.

13. Feito esse registro, passa-se aos esclarecimentos trazidos pela jurisdicionada.

14. O mencionado Ofício nº 457/2024 - TCB/PRES traz excertos do Relatório Circunstanciado nº 64/2024-TCB/PRES/SUPRE/GETRE/SETE (peça 185) e do Despacho-TCB/PRES/SUPPE/GETRE/SETE (peça 192), que, sinteticamente, relatam:

- a) a vistoria foi realizada em 29.1.2024 pelos executores do ajuste na garagem da contratada, com vistas a averiguar a adequação das condições dos veículos segundo normas legais, editalícias e contratuais;*
- b) constatou-se péssimo estado de conservação dos veículos, por se tratar de frota muito antiga;*
- c) diversas visitas à garagem da contratada foram efetuadas para averiguar e advertir quanto à necessidade de adequação da conservação dos veículos e da idade da frota, segundo consta do formulário de vistoria ocorrida em 30.4.2024;*
- d) também procedeu a visitas à Unidade Regional de Infraestrutura e Apoio Educacional (UNIAE) do Recanto das Emas para verificar existência de reclamações acerca da idade da frota e do estado de conservação dos veículos;*
- e) não foram formalizadas, segundo a UNIAE, no corrente ano letivo (2024) reclamações acerca do estado de conservação e da idade dos veículos. Os executores do contrato verificaram e confirmaram as informações que lhes foram repassadas;*
- f) o Contrato nº 44/2021 formalizado com a empresa G P Silva Transportes LTDA. encontra-se encerrado e outra empresa está realizando o transporte escolar dos alunos na região do Recanto das Emas;*
- g) a frota de veículos da contratada contava com autorização de tráfego emitida pelo Departamento de Trânsito do Distrito Federal (Detran-DF).*

III. ANÁLISES

15. Preliminarmente, informa-se que foram carreados a estes autos os seguintes documentos enviados pela TCB, constantes do Processo Barramento Pen 00600-00005688/2024-21:

- a) Peças 182 e 183 – Formulários de Vistoria Veicular, de 30.4.2024 (11 veículos);*
- b) Peça 184 – Autorizações emitidas pelo Detran-DF com validades entre janeiro e maio de 2024 (25 veículos);*



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

- c) Peça 185 – **Relatório Circunstanciado** n.º 64/2024 – TCB/PRES/SUPPE/GETRE/SETE relativo ao Contrato n.º 44/2021;
- d) Peça 186 – **Notificação** n.º 81/2024 – TCB/PRES/SUPPE/GETRE/SETE da TCB à empresa contratada para adequação da idade da frota;
- e) Peça 187 – cópia de correspondência eletrônica de envio da Notificação n.º 81/2024;
- f) Peça 188 – **Formulários de Vistoria Veicular** – Transporte Escolar, de 29.1.2024 (25 veículos);
- g) Peça 189 – **Despacho**-TCB/PRES/SUPPE/GETRE/SETE, de 21.6.2024, da executora do contrato informando à Seção de Execução de Transporte Escolar (SETE) a realização da vistoria e envio da Notificação n.º 199 enviada à contratada em 24.6.2024 para que essa procedesse às providências necessárias;
- h) Peça 192 – **Despacho**-TCB/PRES/SUPPE/GETRE/SETE, de 27.6.2024, da executora do contrato, com informações mais detalhadas que as constantes do documento de peça 189 acerca das atividades realizadas pela equipe de vistoria.
16. Prosseguindo, por ser de **alta relevância e com intrínseca relação com o objeto deste feito**, bem como para o encaminhamento que se proporá ao Tribunal, importa relatar que tramita nesta Casa o Processo 00600-00005005/2022-74, cujo objeto é a auditoria de conformidade para exame dos contratos de transporte escolar firmado entre a TCB e diversas empresas, dentre elas a G P Silva Transporte LTDA.
17. O Relatório Final de Auditoria foi carreado a estes autos à peça 190, em auxílio à compreensão das análises ora empreendidas, do qual extraem-se as conclusões alcançadas pela unidade técnica:

3. Conclusão

318. A presente auditoria visou avaliar os contratos de transporte escolar celebrados pela TCB que estavam vigentes durante o período de execução da fiscalização.

319. Para alcançar esse objetivo, foram formuladas as seguintes questões de auditoria:

- **QA 1: A execução do serviço de transporte escolar está em conformidade com os dispositivos legais e contratuais?**
- **QA 2: A TCB adota as medidas necessárias à efetiva fiscalização dos contratos de transporte escolar?**
- **QA 3: A gestão compartilhada da prestação do serviço está sendo adequadamente executada?**

320. Na primeira questão, entendeu-se que a execução do serviço de transporte escolar está parcialmente conforme os requisitos legais e contratuais, porém **várias irregularidades foram identificadas**. Os ônibus utilizados na prestação do serviço **não atendem às normas de segurança** e as contratadas não cumprem todas as **obrigações estabelecidas nos contratos**. **Foram observados problemas como cintos e assentos danificados, extintores vencidos e veículos acima da idade máxima permitida**. Além disso, verificou-se que algumas contratadas não fornecem todos os documentos exigidos nos termos de referência necessários à fiscalização dos contratos pela TCB.

321. Em relação à segunda questão, **a TCB não implementa totalmente as medidas necessárias para fiscalizar adequadamente os contratos de transporte escolar**. Foram encontradas diversas falhas por parte dos responsáveis pelos contratos, incluindo atesto de certidões sem conferência prévia, aprovação de veículos em vistorias que não cumprem os requisitos e falta de resolução em processos de apuração de irregularidades. No monitoramento da quilometragem percorrida, apenas uma pequena parte dos itinerários é fiscalizada mensalmente, e o Centro de Controle Operacional não está medindo a quilometragem, descumprindo o recomendado pelo TCDF na Decisão n.º 5.330/2020.

322. Já quanto à terceira questão, a gestão compartilhada da prestação do serviço não está sendo adequadamente executada. A equipe de transição designada no Termo de Convênio n.º 01/2020 não cumpriu grande parte das atribuições que lhe foram incumbidas, como a introdução de tecnologias e de ferramentas que visem a melhoria da segurança no transporte de alunos e do controle da gestão administrativa da

**Ministério Público de Contas do Distrito Federal**
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

prestação do STCE/DF, e a especificação de indicadores de desempenho e metas para a avaliação dos serviços prestados. Somado a isso, a TCB e a SEEDF não têm consenso sobre algumas competências de cada entidade/órgão, devido ao fato do arcabouço jurídico do STCE/DF não as abordar. Por último, verificou-se um insatisfatório compartilhamento de dados operacionais entre as duas jurisdições, dado o desgaste iniciado pela transferência do serviço e a falta de clareza das normas aplicáveis.

323. Com base nas análises realizadas em relação às questões formuladas, conclui-se que, embora haja aspectos em conformidade com os dispositivos legais e contratuais, **a execução do serviço de transporte escolar apresenta várias irregularidades, desde o estado dos veículos até o cumprimento das obrigações contratuais pelas contratadas.** Além disso, **a efetiva fiscalização por parte da TCB é comprometida pela falta de medidas adequadas, incluindo a medição da quilometragem percorrida.** A gestão compartilhada da prestação do serviço também é deficiente, com a equipe de transição não cumprindo suas atribuições e a falta de consenso entre as entidades envolvidas. Portanto, **a auditoria revelou a necessidade de melhorias significativas na execução e fiscalização dos contratos de transporte escolar.** (destacou-se)

18. Apreciado referido relatório, emitiu-se, em 10.7.2024, a **Decisão nº 2557/2024**, também acostada a este feito (peça 191), de seguinte teor, em parte:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu:

II – **determinar** à TCB que:

- a) adote as providências necessárias para que as **contratadas corrijam as deficiências identificadas no achado 1.1**, abrangendo aspectos como o **estado de conservação e limpeza dos ônibus, a idade dos veículos**, o pagamento de salários e benefícios dos motoristas e monitores, entre outros, de maneira a garantir a conformidade com as cláusulas contratuais e legais aplicáveis (**achado 1.1**);
- b) **apure as irregularidades** cometidas em descumprimento aos Termos de Referência e às normas relativas à **manutenção e conservação dos veículos e à segurança dos alunos**, aplicando às contratadas as penalidades cabíveis em caso de não adequação da frota (**achado 1.1**);
- c) dê prosseguimento aos **processos administrativos de apuração de responsabilidade** das empresas, aplicando às contratadas as penalidades eventualmente cabíveis em caso de não adequação da frota e do serviço (**achado 1.1**);
- d) com base nas **prerrogativas punitivas** (previstas no encarte C dos editais dos pregões), indique ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF **os veículos que ofereçam alto risco de segurança aos alunos** para que sejam adotadas as providências cabíveis a cada caso (**achado 1.1**);
- e) **adote medidas** para que os **executores de contrato** exerçam adequadamente suas atribuições de fiscalização, como o estabelecimento de **procedimentos padronizados para fiscalização** dos contratos, contendo todas as obrigações contratuais, a implementação de tecnologias para o auxílio dos executores no desempenho de suas funções e a otimização de processos operacionais (**achado 2.1**);
- f) com fulcro no art. 8º da Instrução Normativa nº 05/2022 TCB, fortaleça os controles quanto à **adequação dos veículos**, como **inspeções prévias** ao início do turno, **inspeções aleatórias** durante o período de transporte e **verificações periódicas de manutenção**, para **assegurar que os veículos estejam em boas condições e atendam aos padrões de segurança exigidos** (**achado 2.1**);
- g) com fulcro no art. 8º da Instrução Normativa nº 05/2022 TCB, **revise os atuais procedimentos de vistoria**, de modo a estabelecer critérios claros técnicos e objetivos para a realização das vistorias amostrais, minimizando a discricionariedade dos executores na determinação da quantidade e periodicidade dessas vistorias (**achado 2.1**);
- h) em futuras contratações, faça constar nas cláusulas editalícias e contratuais a criação de contas vinculadas para retenção provisória e mensal de provisões dos encargos trabalhistas, nos termos do Decreto nº 34.649/2013 (**achado 2.1**);
- i) no prazo de 120 dias, adote medidas para a adequada implementação do sistema de monitoramento remoto de AVIs, bem como do Centro de Controle Operacional - CCO, com as ferramentas necessárias para auxiliar no monitoramento da frota em tempo real, da



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

quilometragem realizada e de outros controles relevantes da operação, informando ao Tribunal as providências adotadas (**achado 2.2**);

j) enquanto não for integralmente ativado o CCO, implemente controles de quilometragem auxiliares (e.g. verificação **in loco** dos itinerários e conferência dos tacógrafos), de modo a evitar a realização de pagamentos baseados apenas em estimativas (**achado 2.2**);

k) atualize os quadros de itinerários para que retratem a realidade operacional, destacando, por exemplo, quando a contratada combinar dois itinerários em uma única rota, com vistas à maior eficiência e economicidade na aplicação dos recursos públicos; (**achado 2.2**);

l) ajuste o cálculo da 'quilometragem morta' nos itinerários, de modo que a base de cálculo seja a 'quilometragem para cálculo', bem como apure o montante pago eventualmente a mais por conta desse erro e efetue as devidas glosas contratuais (**achado 2.2**);

m) adote as devidas medidas na sua alçada para o adequado e tempestivo compartilhamento de informações e dados operacionais com a SE/DF; (**achado 3.2**)

III – determinar à TCB, à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – SEE/DF e à Secretaria de Estado de Mobilidade do Distrito Federal – SEMOB/DF que:

a) revisem a Portaria Conjunta nº 3, de 29 de julho de 2020, editando, se for o caso, novo normativo, de modo a melhor definir as competências, os fluxos processuais e demais aspectos que se fizerem necessários a fim de proporcionar uma boa gestão e operação compartilhada do STCE/DF; (**achado 3.1**)

b) adotem providências com vistas a cumprir os objetivos do Termo de Convênio n.º 01/2020, além daqueles propostos nos itens 'a' (revisão do arcabouço jurídico do STCE/DF), 'b' (aprovação de tecnologias e ferramentas que visem a melhoria da segurança e do controle do serviço prestado) 'c' (levantamento das necessidades para execução do CCO), e 'g' (realização de estudos de repactuações, reajustes e revisões dos contratos do STCE/DF) do Relatório Técnico Final emitido pela segunda Equipe de Transição instituída pela Portaria Conjunta nº 2/2022. (**achado 3.1**)

IV – determinar à SEE/DF que adote as devidas medidas na sua alçada para o adequado e tempestivo compartilhamento de informações e dados operacionais com a TCB, tais como a localização de embarque e desembarque do primeiro estudante no trajeto casa-escola e do último estudante no trajeto escola-casa; (**achado 3.2**)

(...)

VI – recomendar à TCB que:

a) desenvolva **pesquisa de satisfação com os alunos, pais e responsáveis** para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas contratadas (**achado 1.1**);

b) realize **capacitações periódicas para os executores de contrato**, abrangendo, no mínimo, os procedimentos estabelecidos nos itens II.e, II.f, II.g e II.h (**achado 2.1**);

c) revise os controles quanto aos documentos obrigatórios que devem ser apresentados pelas contratadas, a fim de garantir a comprovação adequada dos veículos e colaboradores da empresa (**achado 2.1**);

d) documente devidamente todas as inspeções realizadas **in loco**, mesmo quando não forem identificados problemas na prestação do serviço ou na qualidade dos veículos (**achado 2.1**);

e) aprimore os **controles sobre a adequação dos veículos às normas de manutenção e segurança**, realizando, por exemplo, **vistorias trimestrais e inspeções surpresas nas garagens das empresas contratadas** (**achado 2.1**);

f) estabelecer procedimentos mais rigorosos para verificação do cumprimento das obrigações pelas contratadas junto aos seus colaboradores, inclusive utilizando-se de análises automatizadas, quando possível (**achado 2.1**);

(...)

VI – recomendar à TCB que:

a) desenvolva **pesquisa de satisfação com os alunos, pais e responsáveis** para verificação da qualidade dos serviços prestados pelas contratadas (**achado 1.1**);

VII – autorizar:

(...)

c) a **realização de monitoramento nas jurisdições citadas para verificar o cumprimento das determinações e recomendações**; (destacou-se)

19. Passa-se ao exame do cumprimento da **Decisão nº 1265/2024**, dirigida à TCB.

III. a) adote as providências necessárias para que a empresa G P Silva corrija as deficiências apontadas nos veículos do Contrato nº 44/2021 (serviço não descontinuado), priorizando aquelas que comprometam a segurança dos estudantes.

**Ministério Público de Contas do Distrito Federal**
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

20. A jurisdicionada apresentou a manifestação de suas áreas técnicas, via Relatório Circunstanciado n.º 64/2024 - TCB/PRES/SUPPE/GETRE/SETE (peça 185), que cuidou de vistoria e visita às dependências da empresa G P Silva Transporte LTDA., contratada via **Contrato n.º 44/2021**, e o Despacho–TCB/PRES/SUPPE/GETRE/SETE (peça 189).

21. Segundo consta do referido relatório, foram vistoriados 25 veículos, sendo 23 da frota operante e 2 de reserva. Às peças 182 e 183 encontram-se formulários de vistoria veicular de 11 veículos, realizada em 30.4.2024. Outros formulários, de 29.1.2024, relativos a 25 veículos, dentre eles os dessa última vistoria, compõem a peça 188.

22. A distribuição dos veículos por faixa etária segundo consta do relatório de vistoria está assim disposta:

IDADE (ANOS)	ANO DE FABRICAÇÃO	QUANTIDADE
1	2023	2
7	2017	1
11	2013	2
12	2012	7
13	2011	13
TOTAL		25

23. Concluiu-se que os veículos ‘encontravam-se em péssimo estado de conservação por se tratarem de uma frota muito antiga’, mas não teriam sido ‘constatadas irregularidades quanto à legislação’.

24. Consta, também, informação de que a contratada seria notificada quanto ao resultado da vistoria e as sanções a que estaria sujeita em caso de irregularidade ou reincidência.

25. À peça 186 vê-se a **Notificação n.º 81/2024 - TCB/PRES/SUPPE/GETRE/SETE, de 15.2.2024, da TCB à empresa contratada para adequação da idade da frota e à peça 187 cópia de correspondência eletrônica de envio, na mesma data, da referida notificação.**

26. Ainda quanto a essa questão, nota-se no citado Despacho–TCB/PRES/SUPPE/GETRE/SETE citação à Notificação 199 (SEI 144144369), enviada dia **24.6.2024** para a contratada proceder às providências pertinentes apontadas no relatório de vistoria. Não há nos autos documento dessa última notificação.

27. Por oportuno, conforme relatado no referido relatório de vistoria, o **Contrato n.º 44/2021 encontrava-se encerrado.**

28. Importa registrar que, como consignado no **Relatório Final de Inspeção** (peça 157, § 20), a empresa **G P Silva Transporte LTDA. foi sancionada com suspensão temporária para participar de licitações e realizar novos contratos com a TCB por 2 anos**, a teor da Portaria n.º 85, de 14.3.2023, publicada no DODF n.º 52, de 16.3.2023, p. 30.

29. Ainda, o contrato em questão também foi tratado no bojo da auditoria de conformidade objeto do já citado **Processo 00600-00005005/2022-74**, em trâmite no Tribunal.

30. Nesses autos, conforme já mencionado, recentemente prolatou-se a Decisão n.º 2557/2024, em 10.7.2024, transcrita no § 18 desta peça instrutória, que, a respeito da **correção de deficiências constatadas na prestação dos serviços de transporte escolar**, traz determinações à TCB, as quais, entende-se, suplantam, de certa maneira, dada a sua amplitude, as preocupações desta Corte de Contas no item III.a da Decisão n.º 1265/2024, ora em análise, a exemplo, por oportuno, dos seguintes trechos:

II – determinar à TCB que:

a) adote as providências necessárias para que as contratadas corrijam as deficiências identificadas no **achado 1.1**, abrangendo aspectos como o estado de conservação e limpeza dos ônibus, a idade dos veículos, o pagamento de salários e benefícios dos motoristas e monitores, entre outros, de maneira a garantir a conformidade com as cláusulas contratuais e legais aplicáveis (**achado 1.1**);

b) apure as irregularidades cometidas em descumprimento aos Termos de Referência e às normas relativas à manutenção e conservação dos veículos e à segurança dos alunos, aplicando às contratadas as penalidades cabíveis em caso de não adequação da frota (**achado 1.1**);



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

c) dê prosseguimento aos processos administrativos de apuração de responsabilidade das empresas, aplicando às contratadas as penalidades eventualmente cabíveis em caso de não adequação da frota e do serviço (**achado 1.1**);

(...)

f) com fulcro no art. 8º da Instrução Normativa nº 05/2022 TCB, fortaleça os controles quanto à adequação dos veículos, como inspeções prévias ao início do turno, inspeções aleatórias durante o período de transporte e verificações periódicas de manutenção, para assegurar que os veículos estejam em boas condições e atendam aos padrões de segurança exigidos; (**achado 2.1**)

VII – autorizar:

c) a realização de monitoramento nas jurisdicionadas citadas para verificar o cumprimento das determinações e recomendações;

31. Ainda, há de se reforçar que as determinações decorrentes do **decisum** em relevo serão objeto de monitoramento para verificar o cumprimento da deliberação plenária, nos termos do item VII.c.

32. Assim, tendo em vista que o **item III.a da Decisão nº 1265/2024** determinou à TCB a adoção de medidas com vistas à **correção das irregularidades** apontadas nos veículos alocados em decorrência do **Contrato nº 44/2021**, priorizando aquelas que **comprometessem a segurança dos estudantes**, e que esse ajuste se encontra encerrado, bem assim, como se verá adiante, foram emitidas pelo Detran-DF autorizações de tráfego dos veículos alocados no Contrato nº 44/2021, considera-se não haver medidas a serem adotadas, **pugnando-se pela perda de objeto dessa deliberação.**

III. b) com base nas prerrogativas punitivas (previstas no encarte C dos editais dos pregões), indique ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF os veículos que oferecem alto risco de segurança aos alunos, para que sejam adotadas as providências cabíveis a cada caso.

33. Segundo consta do multicitado Relatório Circunstanciado nº 64/2024 - TCB/PRES/SUPPE/GETRE/SETE (peça 185), foram apresentadas **declarações de autorização de tráfego**. À peça 184 constam **autorizações emitidas pelo Detran-DF, com validades entre janeiro e maio de 2024**, de 25 veículos relativos ao Contrato nº 44/2021, ou seja, o mesmo quantitativo informado no citado relatório que teriam sido vistoriados.

34. Embora não haja expressa manifestação da TCB sobre a deliberação em apreço, tendo em conta as referidas **autorizações relativas aos veículos empregados na execução dos serviços objeto do Contrato nº 44/2021**, é de se considerar que o Detran-DF analisou o estado de conservação e de segurança para o tráfego desses veículos. Assim, sem maiores explanações, entende-se que a deliberação do item III.b da Decisão nº 1265/2024 foi atendida a contento.

35. Ainda, por oportuno, essa questão também foi objeto de determinação à TCB, conforme Decisão nº 2557/2024, prolatada no âmbito do Processo 00600-00005005/2022-74, como segue:

II – determinar à TCB que:

d) com base nas prerrogativas punitivas (previstas no encarte C dos editais dos pregões), indique ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF os veículos que ofereçam alto risco de segurança aos alunos para que sejam adotadas as providências cabíveis a cada caso; (**achado 1.1**)

36. Lembra-se, ainda, que referido contrato encontra-se encerrado.

III. c) intensifique as medidas corretivas em resposta às denúncias sobre a qualidade dos ônibus e a prestação de serviços, perquirindo de modo célere a responsabilização da contratada, quando for o caso, e aplicando as devidas penalidades.

37. A TCB não se manifestou acerca da deliberação, o que, a princípio configuraria o não atendimento da determinação.

38. Entretanto, deve-se lembrar que o referido **Contrato nº 44/2021 encontra-se encerrado**, como informado pela jurisdicionada, não havendo, entende-se, medidas outras a adotar no caso em exame, razão de não se propor a reiteração desse item, tendo-o por superado.



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

39. Em que pese tal constatação, é de se reportar ao Ofício nº 457/2024 - TCB/PRES (peça 178) e ao Despacho -TCB/PRES/SUPPE/GETRE/SETE (peça 192), mediante os quais informa-se que:

Os executores realizaram diversas visitas a UNIAE do Recanto das Emas para verificar se existiam reclamações/ouvidorias acerca da idade da frota e do estado de conservação dos veículos da empresa GP Silva. A UNIAE informou que no presente ano letivo não foi encaminhada nenhuma ouvidoria acerca do estado de conservação dos veículos e da idade da frota. Os executores de contrato verificaram a informação repassada pela UNIAE e confirmaram a ausência de ouvidorias.

40. Extraí-se dessas informações não haver protocolo estabelecido de comunicação de eventuais denúncias/reclamações da população em relação à qualidade da prestação dos serviços de transporte escolar.

41. Foi necessário que os integrantes da equipe de vistoria **se deslocassem** até a Unidade Regional de Infraestrutura e Apoio Educacional (UNIAE) do Recanto das Emas para colher informações a esse respeito.

42. Para melhor atender a comunidade usuária do transporte escolar, bem assim aprimorar os mecanismos de fiscalização e a busca de responsabilização mais célere das contratadas, considera-se importante que os atores envolvidos no sistema de transporte público, neste caso de estudantes, **criem procedimento que possibilitem a comunicação, no menor tempo possível, à TCB acerca de denúncias/reclamações quanto a falhas na execução dos serviços de transporte escolar, o que, ao cabo, contribuiria para melhorar a prestação dos serviços.**

43. É de se notar que a Decisão nº 2557/2024 traz, em linhas gerais, determinações que tangenciam a questão aqui posta, em especial a seguinte:

II – determinar à TCB que:

a) desenvolva **pesquisa de satisfação com os alunos, pais e responsáveis para verificação da qualidade dos serviços prestados** pelas contratadas (achado 1.1). (destacou-se)

44. Dessa feita, entende-se pertinente **determinar às Secretarias de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e de Transporte e Mobilidade (Semob) que atuem em conjunto com a TCB para estabelecerem procedimentos que possibilitem a comunicação à Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília LTDA. (TCB), em um menor espaço de tempo possível, as denúncias/reclamações relacionadas aos serviços de transporte escolar, de modo a propiciar maior agilidade, eficiência e efetividade na solução dos problemas apontados pela comunidade usuária desses serviços, bem assim a aplicação das sanções previstas em contrato, quando for o caso.**

45. Ainda, considerando que as determinações exaradas via Decisão nº 2557/2024 serão acompanhadas mediante monitoramento (item VII.c), considera-se que **o cumprimento da deliberação a ser expedida às jurisdicionadas deva ser objeto de aferição no âmbito do Processo 00600-00005005/2022-74.**

II. d) adote imediatamente todas as medidas necessárias para a solução dos problemas relacionados a transporte escolar das Escolas Públicas do Distrito Federal, comunicando ao TCDF as medidas adotadas, a fim de que esta Corte possa acompanhar o seu andamento.

46. Não houve manifestação específica da jurisdicionada.

47. Todavia, percebe-se que a determinação em relevo possui caráter abrangente, que envolveria todo e qualquer contrato firmado com a TCB atinente à prestação dos serviços de transporte escolar e não só ao **Contrato nº 44/2021**, o qual, relembra-se, **encerrou-se**.

48. Firme nesse entendimento, **entende-se superada a determinação**, haja vista a citada **Decisão nº 2557/2024**, que trata, de modo abrangente, questões relacionadas a falhas e irregularidades na prestação de serviços do STPCE, constatadas na citada auditoria de conformidade.” (Grifos acrescidos).

11. Como mencionado anteriormente, cuida-se do exame do cumprimento das diligências contidas na Decisão nº 1.265/2024 (peça 164 – e-DOC C7849EDD), mediante a qual



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

o Tribunal, ao tempo em que reconheceu a **procedência** da **Representação nº 9/2022 – G4P/ML**, direcionou determinações à TCB, para saneamento de inconsistências reportadas no Relatório Final de Inspeção nº 1/2024, de 26/1/2024 (peça 157 – e-DOC 66002D95), produzido pelo Corpo Instrutivo em cumprimento ao Despacho Singular nº 35/2023-GC/PT (peça 66 – e-DOC F58DDE81).

12. Rememore-se que, na citada peça inaugural, o MPC/DF identificou **falhas na execução do serviço de transporte de escolares por parte da GP Silva Transporte Ltda.**, realizados em razão dos **Contratos nºs 01/2021, 07/2021 e 44/2021**, firmados entre a Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília LTDA – TCB e a sociedade empresária.

13. Contudo, durante as apurações, restou demonstrado que os itinerários dos Contratos nºs 01 e 07/2021 foram **suspensos** pela entidade contratante em **setembro e agosto de 2022**, respectivamente. Ademais, consta dos autos que a **TCB rescindiu unilateralmente** o Contrato nº 7/2021.

14. Ademais, os Contratos nºs 01/2021 e 44/2021, entabulados em 3/2021 e 12/2021, para vigorar por um período de 30 meses, **não foram renovados**, devido à sanção aplicada à GP Silva Transporte Ltda. de **suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a TCB por 12 (doze) meses.

15. Assim, tem-se que a Decisão nº 1.265/2024, ao abrigo dos achados resultantes da fiscalização empreendida pelo zeloso Corpo Técnico, buscou a adoção de providências, tanto da **TCB** quanto da pessoa jurídica contratada, para correção de impropriedades identificadas no **Contrato nº 44/2021**, único ajuste em execução no momento da realização da inspeção determinada pelo TCDF.

16. Feita essa observação, este Órgão Ministerial enfatiza que, no item III.a do **Decisum** em apreço, o Tribunal **determinou** a adoção de medidas para **correção das deficiências constatadas nos veículos utilizados na avença apontada**, priorizando aquelas que comprometessem a **segurança dos estudantes**.

17. Nesse particular, conforme aduziu o Corpo Instrutivo, não se discute a **precariedade dos ônibus disponibilizados pela contratada para prestação do serviço de transporte de estudantes**, notadamente em razão da **idade avançada** da frota empregada no **Contrato nº 44/2021**. É o que se depreende dos fatos narrados na peça vestibular oferecida pelo MPC/DF, da inspeção do Corpo Técnico e dos **resultados de vistoria** realizada pelas áreas técnicas da TCB nas dependências da GP Silva Transporte Ltda. em **29/1/2024**, consubstanciados no Relatório Circunstanciado n.º 64/2024 - TCB/PRES/SUPPE/GETRE/SETE (peça 185 – e-DOC 0D6FDDEE).

18. Ante a **confirmação** das falhas, a teor da Notificação n.º 81/2024 - TCB/PRES/SUPPE/GETRE/SETE, de 15/2/2024 (peça 186 – e-DOC D4499EE3), a **TCB** deixou assente a **necessidade de compatibilização dos bens empregados na execução do Contrato nº 44/2021** ao disposto no **item 4.1.2.1.1¹** do Termo de Referência que originou o ajuste.

¹ “4.1.2.1.1. Em caso de prorrogações sucessivas, no ato de cada renovação a licitante deverá apresentar frota com no **máximo 07 (sete) anos de fabricação**, comprovados em documentação específica.”



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

19. A despeito do muito a ser feito para regularização do transporte de estudantes locado pelo Poder Público no Distrito Federal e de eventual **omissão anterior da TCB** na fiscalização das avenças, para o Órgão Ministerial de Contas **tais providências denotam que a jurisdicionada não se quedou inerte frente ao determinado pelo TCDF**, ao menos no que tange ao escopo dos autos em epígrafe.

20. Sem embargo, na visão do Corpo Instrutivo, o Tribunal pode **reconhecer a perda de objeto** do comando inserido no item III.a da Decisão nº 1.265/2024, pois, conforme dito anteriormente, o Contrato nº 44/2021, mencionado no comando em destaque, **não foi renovado pela TCB**, em razão de sanção aplicada à G P Silva de **suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a TCB por 12 (doze) meses, publicada no DODF nº 52, de 16/3/2023, p. 30.

21. A Unidade Técnica acrescentou que a auditoria de regularidade conduzida no bojo do Processo nº 00600-00005005/2022-74, deflagrada, em cumprimento à Decisão nº 3.345/2021 (Processo nº 00600-00003811/2020-46), para análise dos **contratos de transporte escolar celebrados pela TCB** vigentes em 2022 e 2023, revelou que **“a prestação do serviço e a condição dos veículos não se encontram em conformidade com os dispositivos legais e contratuais”**, a teor do **achado 1.1** do Relatório Final produzido no referido procedimento de controle externo. Certo é que **essa constatação vai ao encontro das conclusões apresentadas na inspeção levada a efeito nestes autos para verificação da verossimilhança dos fatos narrados pelo MPC/DF na Representação nº 9/2022-G4P/ML.**

22. Em decorrência do **achado 1.1** da auditoria de regularidade, o Tribunal exarou a Decisão nº 2.557/2024, **determinando**, entre outras providências a cargo da TCB na gestão de contratos da entidade para prestação de serviço de transporte escolar, a apuração do **descumprimento** dos Termos de Referência e das normas relativas à **manutenção e conservação dos veículos e à segurança dos alunos, aplicando às contratadas as penalidades cabíveis em caso de não adequação da frota** (item II.b). Afora isso, a Corte **determinou o prosseguimento dos processos administrativos de apuração de responsabilidade das empresas**, aplicando às contratadas as penalidades eventualmente cabíveis em caso de não adequação da frota e do serviço prestado (item II.c).

23. Diante disso, sem prejuízo do surgimento de informações adicionais acerca da matéria nos procedimentos em curso no TCDF e na TCB, o MPC/DF **comunga** com o entendimento apresentado pelo Corpo Instrutivo na Informação nº 18/2025 – Segem/Digem2, por considerar que **o alcance do termo do Contrato nº 44/2021, sem a celebração de aditivo para renovação da avença, prejudica** o cumprimento do comando objeto do item III.a da Decisão nº 1.265/2024.

24. Além disso, posto que a Corte demandou da entidade distrital a instauração de **processos administrativos para apuração de responsabilidade dos fornecedores por falhas na execução do serviço de transporte de estudantes**, tema a ser monitorado no Processo nº 00600-000006327/2022-31, o Ministério Público, nesse particular, classifica como despiciendas medidas adicionais no presente feito.

25. Por sua vez, no item III.b da Decisão nº 1.265/2024, o TCDF **determinou** a adoção de medidas pela TCB, com base nas prerrogativas punitivas **(previstas no encarte C dos editais**



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

dos pregões), com vistas à indicação ao DETRAN/DF dos veículos com alto risco de segurança, para as providências cabíveis.

26. Nesse aspecto, em conformidade com o **item 12.1.13²** do Termo de Referência vinculado ao Pregão Eletrônico nº 8/2020, que resultou no Contrato nº 44/2021, competia à contratada **apresentar**, em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, **autorização de tráfego** emitida pelo DETRAN/DF nos termos do art. 3º, IV, do Decreto nº 23.234/2002³,

27. A propósito, nos termos da referida norma, a qual regulamenta o Serviço de Transporte Coletivo de Escolares do Distrito Federal, autorizado pelo Poder Público em consonância com a Lei nº 1.585/1997, a autorização de **tráfego do veículo vistoriado** deve constar de documento emitido pelo DETRAN/DF, de porte obrigatório, com **validade de seis meses**.

28. E mais, a teor do art. 20 do Decreto nº 23.234/2002, a **vistoria** efetuada semestralmente pela autarquia de trânsito do Distrito Federal objetiva **assegurar boas condições de aparência, conforto, segurança, higiene e funcionamento do veículo**, bem como o atendimento às especificações e exigências do Código de Trânsito Brasileiro, do aludido regulamento e demais normas vigentes.

29. Especificamente quanto aos veículos utilizados na prestação do serviço de transporte escolar da região do Recanto da Emas em virtude do Contrato nº 44/2021, o Relatório Circunstanciado nº 64/2024 - TCB/PRES/SUPPE/GETRE/SETE (peça 185 – e-DOC 0D6FDDEE) ressalta que **a contratada apresentou autorizações de tráfego com validade entre janeiro e maio de 2024**, conforme documentação carreada ao feito (peça 184 – e-DOC BA721CEA).

30. Dado que a entidade responsável pela normatização, coordenação e fiscalização do serviço de transporte coletivo de escolares no Distrito Federal (art. 2º da Lei nº 1.585/1997) **avaliou a conservação e a segurança para o tráfego dos veículos utilizados pela GP Silva Transporte Ltda.** no Contrato nº 44/2021, em harmonia com o Corpo Instrutivo, o Ministério Público entende **não haver óbice para o reconhecimento do cumprimento da diligência apresentada no item III.b da Decisão nº 1.265/2024.**

31. Por óbvio, **isso não afasta o dever da TCB de acompanhar e fiscalizar de modo sistemático a execução dos serviços em questão, inclusive no que concerne ao estado de conservação/limpeza dos veículos.** Tanto é que a determinação ora avaliada foi repetida no item II.b⁴ da Decisão nº 2.557/2024, vazada no bojo do Processo nº 00600-00005005/2022-74.

32. Superado esse ponto, o MPC/DF passa à análise do item III.c da Decisão nº 1.265/2024:

² “**12.1.13. apresentar, em até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato, a AUTORIZAÇÃO DE TRÁFEGO, emitida pelo DETRAN/DF (art. 3º, IV do Decreto nº 23.234/2002), conforme preceituam as regras do Código Brasileiro de Trânsito e os Decretos 23.819/2003 e 23.234/2002, sob pena de sofrer as penalidades previstas no Decreto 26.851/2006;**” (Grifos acrescidos).

³ Revogado pela Lei nº 4.364/2009 e repristinado pela Lei nº 4.421/2009.

⁴ “II – determinar à TCB que:

(...)

d) com base nas prerrogativas punitivas (previstas no encarte C dos editais dos pregões), indique ao Departamento de Trânsito do Distrito Federal – DETRAN/DF os veículos que ofereçam alto risco de segurança aos alunos para que sejam adotadas as providências cabíveis a cada caso (achado 1.1);”



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

*“III – **determinar à Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília - TCB** que, no prazo de 30 (trinta) dias:*

(...)

*c) intensifique as **medidas corretivas em resposta às denúncias** sobre a qualidade dos ônibus e a prestação de serviços, perquirindo de modo célere a responsabilização da contratada, quando for o caso, e aplicando as devidas penalidades;”* (Grifos acrescidos).

33. Em relação às medidas demandadas pelo TCDF no item acima transcrito, tenho que a não renovação do Contrato nº 44/2021 e a existência de determinação da Corte para **continuidade dos procedimentos de responsabilização da contratada** (item II.c da Decisão nº 2.557/2024) permitem pronunciamento do TCDF pela **superação** do comando em questão.

34. Não obstante, uma vez que as informações colacionadas ao feito revelam a **inexistência de protocolo para comunicação de eventuais denúncias/reclamações da população tratando da qualidade da prestação dos serviços de transporte escolar, conforme propugnado pelo Corpo Técnico**, mister se faz “**determinar às Secretarias de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF) e de Transporte e Mobilidade (Semob) que atuem em conjunto com a TCB para estabelecerem procedimentos que possibilitem a comunicação à Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília LTDA. (TCB), em um menor espaço de tempo possível, as denúncias/reclamações relacionadas aos serviços de transporte escolar, de modo a propiciar maior agilidade, eficiência e efetividade na solução dos problemas apontados pela comunidade usuária desses serviços, bem assim a aplicação das sanções previstas em contrato, quando for o caso.**”

35. Levando em conta a autorização concedida pela Corte para realização de monitoramento do cumprimento das determinações e recomendações contidas na Decisão nº 2.557/2024 (item VII.c), também relacionadas a irregularidades identificadas em contratos de transporte escolar celebrados pela **TCB**, mostra-se razoável a sugestão lançada pelo Órgão Instrutivo para que a aferição da determinação ocorra, **oportunamente**, no âmbito do Processo 00600-00005005/2022-74.

36. Ainda seguindo essa inteligência, o **Parquet** de Contas julga acertada a recomendação da Informação nº 18/2025 – Segem/Digem2 para que o Tribunal de Contas considere **superada** a determinação objeto do item III.d da Decisão nº 1.265/2024. Assim, a verificação da efetividade das medidas empreendidas pela **TCB** para solução dos problemas relacionados ao transporte escolar no âmbito do Distrito Federal pode ocorrer exclusivamente nos autos do Processo nº 00600-00005005/2022-74, notadamente em razão da abrangência dos trabalhos em curso na citada auditoria.

37. Por fim, no tocante ao atraso observado no cumprimento da Decisão nº 1.265/2024, **de 16 dias**, verifico que o Presidente da TCB solicitou, no expediente encaminhado à Corte, que fosse “*relevado o atraso no encaminhamento desta resposta*”, “*devido à grande complexidade do tema*”.

38. De fato, o Controle Externo não pode, para o exercício de sua atividade constitucionalmente prevista, ficar a mercê de questões internas dos órgãos jurisdicionados. No entanto, não me parece que o descumprimento tenha sido deliberado, revelando o pedido formulado pelo titular da TCB o conhecimento da necessidade de cumprimento das deliberações



Ministério Público de Contas do Distrito Federal
GABINETE DA QUARTA PROCURADORIA

da Corte, no prazo arbitrado. Desse modo, ao menos no presente momento, avalio como **despicienda** a expedição de alerta.

39. Ante o exposto, este Representante Ministerial, com o pequeno ajuste acima, **converge** com as proposições contidas na percuente Informação nº 18/2025 – Segem/Digem2 (peça 193 – e-DOC 09CA398C).

É o Parecer.

Brasília, 27 de março de 2025.


Marcos Felipe Pinheiro Lima
Procurador